

LITERATURA E GÊNERO: (DES)CONSTRUINDO REPRESENTAÇÕES NOS ANOS INICIAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Discente: Vanessa Gomes de Aquino¹

Orientador: Prof. Dr. André Luis Mitidieri Pereira²

INTRODUÇÃO

A relação entre linguagem e gênero constitui um eixo fundamental para compreender a formação das identidades e as relações de poder presentes nas práticas sociais e escolares. A literatura infantil, nesse contexto, emerge como espaço privilegiado para a reprodução ou desconstrução de estereótipos de masculinidade e feminilidade, visto que é um dos primeiros contatos da criança com narrativas e discursos que moldam sua visão de mundo.

Este trabalho tem como foco investigar os momentos de “leitura para deleite” em uma escola municipal de Ilhéus–BA, analisando como as práticas discursivas presentes nos textos literários e nas interações pedagógicas influenciam a construção das identidades de gênero. A pesquisa parte de referenciais como Louro (1997; 2000), Butler (1990), Preciado (2017; 2020), Charaudeau (2017) e Bardin (2011), articulando linguagem, práticas educativas e representações de gênero.

A relevância do estudo está em evidenciar o impacto das escolhas literárias e da mediação docente na socialização das crianças, propondo estratégias pedagógicas que fomentem igualdade e respeito à diversidade. Assim, busca-se contribuir para o debate contemporâneo sobre gênero e educação, em consonância com a Constituição Federal de 1988

¹ Discente do Curso de Pós graduação em Letras: Linguagens e Representações da Universidade Estadual de Santa Cruz. Email:vgaquino.ppgl@uesc.br

² Docente do Curso de Pós -graduação em Letras: Linguagens e Representação da Universidade Estadual de Santa Cruz. Email: almpereira@uesc.br

e com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS/ONU), sobretudo o de número 5, que trata da igualdade de gênero.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB/1988, no seu artigo 205, caput, artigo 206, inciso II, e artigo 214, inciso V, estabelece expressamente como diretrizes para a organização da educação: a promoção do pleno desenvolvimento da pessoa, do desenvolvimento humanístico do país, do pluralismo de ideias, bem como da liberdade de ensinar e de aprender.

Deve-se recordar ainda que, no âmbito da Agenda 2030, promovida pela Organização das Nações Unidas - ONU, a respeito dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS, propostos internacionalmente, com os quais o Brasil se comprometeu, o quinto desses grandes objetivos internacionais, usualmente referido por ODS 5, consiste precisamente em “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”. Nada obstante, o VII Relatório Luz da Sociedade Civil sobre a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável no Brasil esclarece que o status de atingimento desse objetivo, assim como dos demais, na realidade brasileira é bastante negativo (GTSC A2030: 2023, p. 40):

Segundo relatório das Nações Unidas, a efetivação da igualdade de gênero no mundo só ocorrerá em 300 anos, se mantido o ritmo atual de políticas públicas . E o Brasil é o 92º de 153 países no ranking de garantia de equidade para mulheres , tendo retrocedido ainda mais em 2022 com os efeitos da pandemia da Covid-19 e as históricas e múltiplas violências de gênero derivadas da insuficiência de políticas públicas e investimento no setor.

Dessa maneira, a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, bem como as normas internacionais ratificadas pelo Brasil, asseguram o direito a uma educação emancipadora, fundada no pluralismo de ideias, na liberdade de aprender e de ensinar, cujo propósito é o habilitar a pessoa para os mais diversos âmbitos da vida, como ser humano, como cidadão e como profissional (CRFB/1988, art. 206, incisos II e III); uma educação que desempenhe papel fundamental de transformação cultural, de promoção da igualdade e daquela proteção integral assegurada pela constituição às crianças e aos jovens. Assim, o ordenamento jurídico no Brasil não só ampara como exige das educadoras/educadores uma prática docente que atente para as diferentes cosmovisões em diálogo na sociedade contemporânea, que não

pretenda evitar o confronto dos educandos com os horizontes dessas visões de mundo por vezes conflitantes, mas que busque prepará-los criticamente para lidar com tudo isso, que identifique preconceitos e formas de discriminação sócio culturalmente difundidas, que combata a ridicularização e a estigmatização das identidades de gênero e orientações sexuais que não sejam identificadas com o padrão cultural naturalizado, que ensine o respeito à diversidade, que considere o desenvolvimento integral dos educandos, inclusive com referência ao campo sexualidade na experiência humana e da formação das suas identidades. Isso é lidar com as questões de gênero na Educação, e isso requer bastante preparo das educadoras/educadores.

Além disso, a leitura para deleite é uma prática pedagógica que tem como principal objetivo despertar o prazer pela leitura e incentivar o desenvolvimento de habilidades leitoras de maneira lúdica e prazerosa. Esta prática é especialmente importante na educação infantil e nos primeiros anos do ensino fundamental, pois é nesse período que se forma o hábito de ler e o gosto pela leitura (SMOLKA, 2017). A leitura para deleite envolve a escolha de textos que proporcionem prazer estético e emocional, criando um ambiente propício para a exploração da imaginação, a empatia e a reflexão.

O conceito de leitura para deleite é fundamentado na ideia de que o ato de ler não deve ser visto apenas como uma obrigação escolar ou uma atividade exclusivamente intelectual, mas também como uma fonte de prazer e enriquecimento pessoal. Segundo Solé (1998), a leitura deve ser uma atividade prazerosa que estimule a curiosidade e o interesse das crianças, criando um vínculo afetivo com os livros e as histórias. Além disso, momentos como as rodas de leitura — práticas em que as crianças se reúnem para ouvir e discutir histórias — promovem a socialização e a troca de experiências, ampliando o repertório cultural e a compreensão do mundo dos jovens leitores.

No entanto, apesar dos benefícios da leitura para deleite, é essencial considerar as questões de gênero na escolha dos textos literários e nas práticas pedagógicas associadas a essa atividade. A literatura infantil é um importante veículo de transmissão de valores culturais e sociais, e os textos literários frequentemente representam e perpetuam estereótipos de gênero (LAJOLO, 2001). Desde cedo, as crianças são expostas a narrativas que podem reforçar ou desafiar as normas tradicionais de masculinidade e feminilidade, influenciando a formação de suas identidades de gênero.

Louro (2000) argumenta que o gênero é uma construção social e cultural que se manifesta nas práticas discursivas e é continuamente negociado e reforçado nas interações

cotidianas. No contexto da leitura para deleite, os textos escolhidos para as rodas de leitura e a forma como são apresentados pelos educadores podem contribuir para a reprodução de identidades fixas e estereotipadas de gênero ou, alternativamente, promover uma maior conscientização sobre a diversidade e a pluralidade das experiências humanas.

Por exemplo, histórias que representam personagens femininas em papéis passivos e personagens masculinos como protagonistas ativos podem reforçar a ideia de que os homens são naturalmente líderes e as mulheres, seguidoras. Da mesma forma, narrativas que perpetuam a divisão binária e rígida entre masculinidades e feminilidades podem limitar as possibilidades de expressão de gênero das crianças, criando uma visão restritiva sobre o que significa ser "menino" ou "menina". Assim, é indispensável que as educadoras/educadores sejam críticas na seleção de textos para leitura para deleite, buscando incluir histórias que representem uma variedade de experiências e desafiem os estereótipos de gênero (ZOLIN, 2013).

A formação dos educadores em questões de gênero é fundamental para que eles possam mediar de forma adequada as leituras para deleite e fomentar um ambiente inclusivo e respeitoso na sala de aula. Louro (1997) destaca que a escola é um espaço privilegiado para a desconstrução de estereótipos e para a promoção da igualdade de gênero, desde que os professores estejam preparados para abordar esses temas de maneira crítica e reflexiva. A formação docente deve incluir discussões sobre como as narrativas literárias podem influenciar as percepções de gênero e como as práticas pedagógicas podem ser adaptadas para promover a diversidade e a inclusão.

A inclusão de textos literários que abordam diferentes perspectivas de gênero e que apresentam personagens diversos em termos de identidades e expressões de gênero pode ajudar a desafiar as normas tradicionais e promover uma visão mais inclusiva da sociedade. Ao apresentar às crianças uma gama mais ampla de experiências e identidades, os educadores podem ajudar a construir um ambiente mais acolhedor e inclusivo, onde todos os alunos se sintam representados e valorizados.

A leitura para deleite, quando integrada com uma abordagem consciente das questões de gênero, pode ser uma poderosa ferramenta pedagógica para a promoção de uma educação inclusiva e equitativa. Ao selecionar cuidadosamente os textos literários e representar criticamente sobre as mensagens que eles transmitem, os educadores podem contribuir para a formação de crianças que não apenas apreciam a leitura, mas que também estão cientes das complexidades das identidades de gênero e respeitam a diversidade.

No contexto da educação e das práticas de leitura para deleite, os estereótipos de gênero presentes nos materiais literários e nas interações entre educadores e alunos podem desempenhar um papel significativo na formação das percepções de gênero. Segundo Charaudeau, os estereótipos não apenas moldam a maneira como as pessoas se veem e veem os outros, mas também legitimam certas normas e expectativas sociais. Isso é particularmente relevante quando consideramos a influência da literatura infantil na construção das identidades de gênero das crianças.

Além disso, Charaudeau discute a importância dos imaginários sociais — construções coletivas que englobam mitos, crenças e narrativas culturais — como um campo onde os significados são negociados e os estereótipos são perpetuados ou contestados. No caso da leitura para deleite, os imaginários transmitidos através dos textos literários podem tanto reforçar estereótipos tradicionais de masculinidade e feminilidade quanto abrir espaço para novas interpretações e possibilidades de identidades de gênero.

Aplicando essas ideias ao contexto da pesquisa, torna-se essencial analisar como os textos selecionados para a leitura para deleite na Escola Municipal Heitor Dias representam ou desafiam os estereótipos de gênero. Esta análise ajudará a entender como as práticas discursivas na sala de aula contribuem para a construção das identidades de gênero dos alunos e para a reprodução ou desconstrução dos imaginários sociais em torno da masculinidade e da feminilidade.

A noção de "masculinidades em disputa" proposta por Thürler e Medrado é particularmente relevante para o contexto da leitura para deleite no ambiente escolar, uma vez que os textos literários frequentemente representam e moldam as concepções de gênero que os alunos desenvolvem desde cedo. A literatura infantil e os momentos dedicados à leitura para deleite são espaços cruciais para a socialização de crianças e jovens, nos quais os discursos sobre masculinidade e feminilidade são transmitidos e, potencialmente, contestados.

Além disso, Thürler e Medrado destacam que a educação tem um papel central na promoção de masculinidades alternativas que não se alinham com os ideais hegemônicos de dominação e controle. No ambiente escolar, professores e educadores podem utilizar a leitura para deleite como uma oportunidade para discutir questões de gênero, desafiar preconceitos e incentivar os educandos a representar sobre suas próprias identidades e as dos outros.

METODOLOGIA

A metodologia está estruturada na abordagem qualitativa, pois dialoga com a investigação de práticas discursivas e as representações de gênero presentes na literatura infantil e nas interações pedagógicas durante os momentos de "leitura para deleite". A pesquisa é realizada no primeiro ano da Escola Municipal Heitor Dias, em Ilhéus, envolvendo 7 professoras que atuam diretamente com as educandas e educandos, visando compreender como esses discursos influenciam na formação das identidades de gênero e a percepção de diversidade entre as educandas e educandos.

4.1 Levantamento dos materiais

No primeiro momento da pesquisa está sendo feito um levantamento dos livros literários utilizados durante o "momento para gostar de ler - leitura para deleite" no 1º ano da Escola Municipal Heitor Dias para identificar e selecionar os livros e materiais de leitura que são apresentados às crianças durante esse momento. Lembrando que esse momento é geralmente a primeira atividade realizada na escola na rotina escolar.

4.2 Observação das Práticas de Leitura

Após o levantamento dos materiais, são realizadas as observações no momento da leitura para deleite, visando assim analisar as práticas pedagógicas e as interações entre as educadoras/educadores e educandas/educandos. As observações são registradas por meio do diário de campo, sempre respeitando as diretrizes do Conselho de Ética.

4.3 Entrevistas com Educadoras/educadores e educandas/educandos

Ao realizar as observações, partiremos para realização das entrevistas semiestruturadas com as educadoras que desenvolvem o momento da leitura para deleite. Importante sinalizar, que como este momento é realizado pela primeira educadora que entra na sala (rotina), será importante evidenciar que a participação das educadoras não serão apenas das que ministram aulas de língua portuguesa. Deste modo, essas entrevistas permitirão compreender as percepções das professoras sobre a seleção dos livros e/ou textos, as estratégias pedagógicas utilizadas e como essas práticas podem ou não ressignificar as identidades de gênero. Além disso, alguns diálogos com as educandas/educandos podem ocorrer para verificar suas representações sobre as histórias contadas, bem como, suas "percepções de gênero".

4.4 Análise dos dados coletados

A análise de conteúdo é a principal técnica analítica utilizada nesta pesquisa, fundamentada nos procedimentos metodológicos descritos por Bardin (2011). De acordo com Bardin, a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visa obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (BARDIN, 2011). Essa técnica permite a investigação sistemática e objetiva das mensagens veiculadas nos textos literários e nas interações observadas, sendo especialmente útil para identificar representações de gênero, estereótipos e discursos de masculinidades e feminilidades nos materiais de leitura e nas práticas pedagógicas documentadas. O processo de análise de conteúdo envolve as etapas de: Pré-análise: (organização dos materiais coletados); Exploração do material: (codificação dos dados com base nas categorias estabelecidas, permitindo a identificação de padrões temáticos e recorrências nos textos e nas práticas observadas); Tratamento dos resultados e interpretação (análise dos dados codificados à luz dos referenciais teóricos sobre linguagem, gênero e educação, para compreender como os discursos presentes nas leituras e nas interações podem influenciar a formação das identidades de gênero entre as crianças).

4.5 Formação com as Educadoras/educadores

Após a análise dos materiais, será necessário, juntamente com a Secretaria de Educação (Seduc), organizar um momento de formação com os professores que fazem parte do PCR sobre o momento dedicado à "leitura para deleite" no que tange às questões de gênero. Esta formação terá como objetivo compartilhar os resultados da pesquisa e promover uma reflexão crítica sobre a escolha dos textos literários e as práticas pedagógicas que favorecem uma educação inclusiva e sensível às questões de gênero.

Destaca-se que a pesquisa ainda está em andamento. A revisão bibliográfica já foi iniciada, porém a etapa de campo só poderá ocorrer após a autorização do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

RESULTADOS E DISCUSSÕES (em desenvolvimento)

A literatura infantil, enquanto prática discursiva, pode tanto reproduzir estereótipos quanto abrir caminhos para novas representações sociais. Estudos como os de Zolin (2013) e

Lajolo (2001) apontam que os textos frequentemente reforçam papéis tradicionais: personagens femininas passivas, personagens masculinos ativos. Entretanto, a mediação docente e a escolha de materiais diversificados podem transformar a leitura para deleite em espaço de empoderamento e reconhecimento da diversidade.

As concepções de gênero, entendidas como construções sociais (LOURO, 1997; BUTLER, 1990), articulam-se com os imaginários sociais (CHARAUDEAU, 2017) e se atualizam nas interações escolares. Assim, o estudo pretende mostrar como a escola pode ser campo de disputa simbólica entre narrativas normativas e experiências subversivas, como apontam Preciado (2017; 2020) ao discutir identidades queer e tecnologias de gênero.

Espera-se identificar tanto reforços de visões tradicionais quanto possibilidades de desconstrução, indicando práticas pedagógicas que promovam uma educação inclusiva e equitativa.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.

CHARAUDEAU, P. Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor. *Entrepalavras*, Fortaleza, v. 7, p. 571-591, jan./jun. 2017.

LAJOLO, M. *Literatura: leitores & leitura*. São Paulo: Ática, 2001.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, G. L. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PRECIADO, P. B. *Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual*. São Paulo: n-1, 2017.

PRECIADO, P. B. *Um apartamento em Urano: crônicas da transição*. São Paulo: n-1, 2020.

SMOLKA, A. L. B. *A criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como processo discursivo*. Campinas: Papirus, 2017.

SOLÉ, I. *Estratégias de leitura*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

THÜRLER, D.; MEDRADO, B. Masculinidades contemporâneas em disputa. *Revista Periódicus*, Salvador, v. 1, n. 13, p. 1-8, 2020.

ZOLIN, L. O. Representações de gênero na literatura infantil: da educação para submissão à educação para liberdade. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 745-760, 2013.